

POLÍTICA DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (PTDP)

Desde há muito ciente da importância de respeitar a privacidade e a reserva da intimidade da vida privada de quem procura os seus equipamentos e serviços e, bem assim, cumprir as normas legais vigentes, ao longo dos anos, em matéria de protecção de dados pessoais dos seus utentes e famílias, a Fundação Sophia procede ao tratamento dos dados de forma legítima, responsável, sigilosa e segura.

No seguimento da publicação do RGPD – Regulamento Geral de Protecção de Dados (Regulamento 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016) e da actual LPDP – Lei da Protecção de Dados Pessoais (Lei n.º 58/2019, de 8 de Agosto), a Fundação Sophia vem reforçando a protecção dos dados pessoais recolhidos, nomeadamente, através da adopção das medidas técnicas e organizativas adequadas a assegurar a exactidão, a integridade, a confidencialidade e a segurança dos dados, designadamente contra a perda, difusão, alteração, tratamento ou acesso indevidos ou não autorizados, e a garantir o respectivo tratamento lícito, leal, transparente e ajustado às finalidades da sua recolha.

A presente Política de Tratamento de Dados Pessoais (PTDP) estabelece os termos e condições do tratamento dos dados pessoais recolhidos pela Fundação Sophia, em conformidade com o disposto no RGPD, na LPDP e na demais legislação em vigor na matéria, prestando os esclarecimentos tidos por adequados à satisfação do direito à informação dos titulares dos dados pessoais sobre aspectos relevantes do seu tratamento.

Ao facultar os seus dados pessoais à Fundação Sophia ou ao solicitar a prestação de algum serviço ou qualquer informação ou diligência pré-contratual, o titular reconhece ter tomado conhecimento da presente Política e aceitá-la.

A Fundação Sophia reserva-se o direito de rever, a qualquer momento, e sem necessidade de aviso prévio, a sua PTDP; Sem prejuízo da publicitação da realização de alterações relevantes à presente Política pelos meios e nos locais tidos por adequados, é recomendável a sua consulta regular.

1. RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS E ENCARREGADO DA PROTECÇÃO DE DADOS

A entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais é a Fundação Sophia, instituição particular de solidariedade social, pessoa colectiva n.º 500766703, com sede na Rua da Sofia, 150, em Coimbra, C.P. 3000-389 Coimbra.

Para solicitação de esclarecimentos em matéria de protecção de dados pessoais e exercício dos direitos previstos no RGPD e a que se refere a presente Política, os respectivos titulares devem dirigir-se ao Encarregado da Protecção de Dados da Fundação Sophia, por correio postal para a morada da sede ou por e-mail através do endereço proteccaodados@fundacaosophia.pt.

2. FINALIDADES E FUNDAMENTOS JURÍDICOS DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

Qualquer relação contratual com a Fundação Sophia está dependente do tratamento de dados pessoais, sem o que não é possível à Fundação Sophia propor ou prestar quaisquer serviços aos interessados.

O tratamento de dados é realizado na medida do estritamente necessário à satisfação adequada das finalidades e com os fundamentos legais abaixo identificados, bem assim como de outras finalidades desde que compatíveis com aquela a que inicialmente se destinou a recolha dos dados.

Sem prejuízo da obrigação de confidencialidade nos restantes casos, no caso particular dos dados de saúde e dados genéticos, o seu tratamento é realizado por ou sob responsabilidade de pessoas obrigadas ao sigilo profissional ou ao dever de confidencialidade.

		FUNDAMENTO/NORMA LEGAL (RGPT)													
		Execução de contrato e/ou diligências pré-contratuais a pedido do titular	Defesa de interesses vitais do titular ou de outra pessoa singular		Diagnóstico médico, prestação de cuidados de saúde ou de acção social	Motivos de interesse público no domínio da saúde pública	Gestão de serviços de saúde ou de acção social	Prossecução de interesses legítimos da Fundação Sophia e de terceiros *	Fins de arquivo de interesse público, para fins de investigação científica ou histórica ou para fins estatísticos		Cumprimento de obrigações e/ou exercício de direitos		Consentimento do titular (ou legal representante)		
			Art. 6.º/1/b)	Art. 6.º/1/d)					Art. 9.º/2/c)	Art. 9.º/2/h)	Art. 9.º/2/i)	Art. 9.º/2/h)	Art. 6.º/1/f)	Art. 9.º/2/j)	Art. 5.º/1/b)
FINALIDADE	Prestação de serviços, de qualquer natureza, em particular cuidados de acção social e de saúde	√	√	√	√	√								√	
	Formação e gestão das relações contratuais com os utentes e suas famílias	√					√	√			√	√			
	Garantia do bem-estar, qualidade de vida e segurança dos utentes	√	√	√	√		√	√			√	√			
	Realização e gestão de contactos e comunicações	√					√	√			√	√			
	Gestão dos processos administrativos, sociais e/ou clínicos dos utentes	√					√	√	√	√	√	√			
	Gestão contabilística e financeira	√					√	√			√	√			
	Gestão de reclamações e elogios	√					√	√	√	√	√	√			
	Gestão de acessos às instalações dos equipamentos e serviços	√			√	√	√	√	√	√	√	√			
							√	√	√	√					
	Cumprimento de obrigações legais e contratuais										√	√			
	Comunicação de alertas e recomendações e promoção de iniciativas de prevenção, diagnóstico e terapêutica no âmbito da saúde pública					√									
Divulgação e publicitação de serviços, actividades, eventos e notícias							√					√			

* Interesses legítimos da Fundação Sophia e de terceiros:
Organização e funcionamento de equipamentos e serviços;
Verificação e melhoria da qualidade, eficiência, sustentabilidade e satisfação dos serviços prestados e respectiva monitorização;
Garantia da segurança de pessoas e bens e do bem-estar e qualidade de vida dos utentes;
Desempenho e reforço do papel da Fundação Sophia na comunidade e mobilização e envolvimento comunitário;
Garantia da segurança da rede e da informação dos sistemas informáticos;
Comunicação e divulgação de actividades e serviços aos interessados;
Salvaguarda de direitos e interesses da Fundação Sophia e de terceiros legalmente protegidos, nomeadamente em caso de incumprimento contratual ou outras situações litigiosas.

3. DESTINATÁRIOS DOS DADOS PESSOAIS

A Fundação Sophia apenas transmite os dados recolhidos a:

- i. Entidades contratadas no âmbito da gestão dos seus equipamentos e serviços e para execução das finalidades acima indicadas, na justa medida em que aquelas apresentem suficientes garantias da adopção de medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma a assegurar a privacidade dos dados dos titulares, em conformidade com a presente PTDP e demais exigências legais, as quais ficam impedidas de transmitir os dados a terceiros sem a prévia autorização expressa da Fundação Sophia, salvo se no cumprimento de obrigação legal;
- ii. Entidades a que recorra para o tratamento dos dados, desde que demonstrem a satisfação das garantias adequadas em matéria de privacidade e protecção de dados pessoais, as quais ficam vinculadas às obrigações previstas no RGPT, nomeadamente, de confidencialidade e segurança dos dados e, bem assim, impedidas de transmitir os dados a terceiros sem a prévia autorização expressa da Fundação Sophia, salvo se no cumprimento de obrigação legal;
- iii. Autoridades administrativas, judiciais, regulatórias e de supervisão, para efeito de cumprimento de obrigações legais e contratuais.

4. CONSERVAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

Os dados são conservados pelo período necessário, consoante o caso, à realização das finalidades referenciadas, à prescrição ou caducidade dos direitos associados, ao cumprimento das obrigações legais e contratuais ou até que sejam exercidos os direitos de oposição ou apagamento ou retirado o consentimento;

Findo o prazo legal de conservação, e sempre que não devam ser conservados, pelo período legalmente previsto para o efeito, para finalidade distinta, os dados serão eliminados, anonimizados ou pseudonimizados, consoante o caso.

5. DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS

O RGPT confere ao titular dos dados, nomeadamente, os seguintes direitos:

- 1) Acesso aos dados;
- 2) Rectificação dos dados;
- 3) Apagamento dos dados;
- 4) Portabilidade (entendido como o direito a receber os dados e transmiti-los a terceiros), quando seja tecnicamente possível;
- 5) Oposição ao tratamento dos dados;
- 6) Limitação do tratamento dos dados;
- 7) Retirar o consentimento prestado, no caso de tratamento realizado com base no consentimento do titular;
- 8) Ser notificado em caso de violação dos dados que represente risco elevado para os seus direitos e liberdades;
- 9) Apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Protecção de Dados (www.cnpd.pt).